

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2 017



I. INTRODUÇÃO

O presente Relatório e Contas, nos termos definidos nos estatutos, nos regulamentos e demais legislações aplicáveis, respeita à atividade desenvolvida no ano de 2017 pelo GAT-Grupo de Ativistas em Tratamentos.

O GAT é uma pessoa coletiva de direito publico, com o estatuto de IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social, registada sob o número 11/2004.

É uma estrutura de adesão individual e cooperação entre pessoas de diferentes comunidades e de diferentes organizações, afetadas pelo *VIH* e *SIDA*, com sede em Lisboa.

A sua estrutura orgânica é composta por três órgãos que são a Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.

Tendo em conta a responsabilidade social inserida num processo onde se releva a transparência e a prestação de contas apresentamos o Relatório de Contas e Atividades do GAT.

No ano de 2017 enfrentamos grandes desafios. A Direção, colaboradores e associados depararam com intrincados obstáculos, no entanto com o esforço e empenho de todos foi possível criar uma dinâmica capaz de superar tais barreiras e, alcançar significativos êxitos dos quais não podemos deixar de realçar o aumento e alargamento da nossa atividade, entre outros tantos sucessos alcançados que permitem continuar a dignificar a nossa atividade e dispor de melhores condições para o seu exercício.

Acresce ainda que no ano transato empenhamos todos os nossos esforços na luta pela defesa dos interesses e dignidade da comunidade, apresentando diversa propostas de alterações legislativas e lutamos pela entrada em vigor das mesmas que reforcem as garantias das pessoas infetadas e afetadas pelo *VIH* e *Sida*.

Em termos institucionais a estrutura e organização da instituição são bastante sólidas e estáveis. Há que garantir, por isso, a sua otimização, tendo sempre em foco que a instituição só existe em função dos seus membros e das suas prioridades.

Hoje o GAT é sinónimo de confiança, qualidade e profissionalismo no desempenho de um papel fundamental na luta contra o *VIH* e *Sida*, de per si, merecedora do justo reconhecimento da sociedade civil, empresários, entidades governamentais e parceiros internacionais.

Tendo por base garantir a transparência e qualidade da informação para os membros, o presente documento pretende prestar contas a todos os membros e outras entidades, sobre a gestão e funcionamento desta organização.

O Relatório de Contas e Atividades de 2017, que se apresenta, avalia e demonstra a materialização dos objetivos e ações realizadas, assim como a justificação dos desvios verificados.

Uma nota especial de agradecimento aos órgãos sociais, colaboradores e membros que tem vindo a mostrar o seu profissionalismo e ativismo, a sua competência e o seu envolvimento para a concretização deste projeto, que é de todos.

O GAT e os seus membros devem agir sempre em plena conjugação de esforços, pois só assim será tão forte, quão fortes forem os seus membros.

A Direção

II. ESTRATÉGIA GLOBAL DE ACÇÃO

A complexidade da vida das pessoas e as diversas formas que ela toma no dia a dia, obriga a uma visão redimensionada do papel que o GAT, deve ter na gestão das questões que diretamente com ele se ligam, preocupações de índole geral e do aumento e compreensão por parte dos cidadãos de questões conexas com o exercício da atividade.

Essa intrusão social na procura de uma maior consciência dos cidadãos, quanto às questões inerentes aos nossos objetivos, no nosso entendimento, tem que ser feita evidenciando diretamente os interesses envolvidos, sob pena de podermos ser acusados de juízes em causa própria, mas sim de forma indireta e muitas vezes colateral, para que as pessoas se apercebam da pertinência que as questões têm na sua vida, e consequentemente na sua resolução.

Este tem sido o caminho seguido pelo GAT e, pelo menos a avaliar pelos comentários que nos tem chegado e pelos resultados obtidos, temos conseguido evidenciar a importância da nossa instituição na sociedade.

A este empenhamento interno tem correspondido uma afirmação segura no domínio internacional, nomeadamente nas parcerias e colaboração com outras congéneres.

Por isso, independentemente da sua forma, todos os atos praticados pela instituição confluem num único objetivo que consiste na afirmação positiva dos nossos objetivos e do reconhecimento da sua importância na sociedade.

É uma luta de longa data e um caminho árduo que temos de percorrer. Embora com essa esclarecida consciência, também sabemos que com o nosso empenho, esforço e abnegação, temos vindo paulatinamente a diminuir as distâncias entre aquilo que fomos, o que somos e o que pretendemos ser.

III. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O GAT-Grupo de Ativistas em Tratamentos é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) registada sob o nº 11/2004.

As suas funções são desempenhadas por diversos órgãos eleitos diretamente pelos membros da Instituição e definidas no respetivo Estatuto:

1. Assembleia Geral

Tem poder deliberativo e é constituída por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos.

Reúne ordinariamente duas vezes por ano para analisar o Relatório e Contas da Direção e o Plano de Atividades e Orçamento Previsional do ano seguinte e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente, da Direção, do Conselho Fiscal, ou de acordo com o estipulado nos estatutos do GAT.

Presidente : Amílcar Soares

1º Secretário: Anabela Lopes

2º Secretário: Armando Guimarães

2. Direção

É o órgão, por excelência, responsável pela implementação estratégica de funcionamento da instituição, competindo-lhe tomar deliberações em todas as áreas de gestão e funcionamento que não sejam da competência de outro órgão.

Presidente : Luís Mendão

Vice-Presidente : João Brito

Tesoureiro : Mário Rui Braga

Secretário : Maria João Brás

Vogal : Daniel Simões

Vogal : Edna Tavares

3. Conselho Fiscal

É o órgão que zela pelo cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento, bem como o garante da fidelidade das demonstrações financeiras do GAT à realidade patrimonial da instituição.

No decurso de 2017, para além das funções descritas, elaborou e apresentou à Assembleia Geral, nos termos estatutários, o parecer sobre o relatório e contas da responsabilidade da Direção, e pronunciou-se sobre o plano de atividades e orçamento, aquando da sua análise e discussão na assembleia geral

Presidente: António Parente

Secretário : João Santa Maria

Relator : José Maia

IV. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

O Relatório de Atividades já apresentado poderá ser consultado no site do GAT www.gatportugal.org

V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme o estabelecido nos nossos Estatutos, apresentamos à apreciação as contas do ano de 2017, depois de obtidos os pareceres do Conselho Fiscal.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo ao balanço e demonstração de resultados que fazem parte do presente documento, apresentamos mais alguma informação circunstancial, mas necessária à compreensão das contas que agora se apresentam à apreciação, resultado da atividade desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento que foram sufragados oportunamente.

O GAT apresentou no ano em apreço um resultado positivo de € 3 475,30 (três mil quatrocentos e setenta e cinco Euros e 30/100.)

Em termos financeiros a situação mantém-se estável, apresentando o GAT uma autonomia financeira de 34,66% e um rácio de solvabilidade de 53,04%.

O Plano de Atividades e o Orçamento Previsional para 2 017 foram elaborados com as devidas precauções que a situação económica e financeira do país aconselhavam.

Contudo e apesar do empenho e dedicação da Direção e restantes membros, constata-se que os Rendimentos do período em análise ficaram aquém em 12,34% (€ 177 789,68) dos valores orçamentados e os Gastos, de igual modo ficassem 12,28% (€ 176 314,02) abaixo do referido orçamento.

Comparativamente com o ano de 2016 verificou-se um aumento dos Rendimentos de 2,94% (€ 36 063,98) e os Gastos cresceram 3,01% (€ 36 813,19), sendo este aumento resultante de um acréscimo nos Gastos com Pessoal e Depreciações dos Ativos Fixos.

Assim, é de realçar que existiu uma grande preocupação numa boa execução orçamental, com uma vigilância acrescida na contenção e redução de custos e procura de outras fontes de receitas.

Apesar de na sua quase totalidade os projetos em curso não serem financiados a 100% pelos parceiros envolvidos, não nos alheamos das nossas responsabilidades, pelo que

a Direção e restantes membros, com grande abnegação e empenho, sempre acompanhou a evolução do enquadramento dos projetos, no sentido de os adaptar, sempre que possível, à realidade financeira.

O detalhe da evolução económica e financeira consta do Relatório Financeiro de 2017, que faz parte integrante deste relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direção propõe que o Resultado Líquido mencionado de € 3 475,30 (três mil quatrocentos e setenta e cinco uros e 30/100) seja aplicado em Resultados Transitados.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício económico terminado em 31.12.2017.

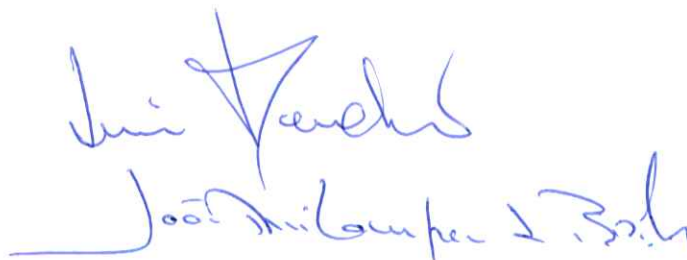
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE DO GAT

Apesar de se encontrarem em negociação novos projetos cuja efetivação dependerá dos financiamentos que estão solicitados quer ao setor público quer a outras instituições privadas, nacionais e estrangeiras, a Direção está convicta que os mesmos serão ativados no decorrer do ano de 2018.

Apresentam-se de seguida o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações das alterações dos fundos patrimoniais.

Lisboa, 9 de Março de 2 018

A Direção

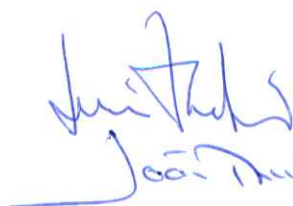


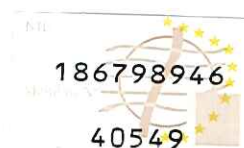
VI. BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES E ANEXOS

BALANÇO

EXERCÍCIO DE 2 017

<u>ACTIVO</u>			
	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	(5)	73 070,74	79 363,16
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis	(5)	40 783,15	31 808,11
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - método equivalencia patrimonial		0,00	0,00
Participações Financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Outros Activos financeiros		3 778,87	2 786,60
Prop Ind e outros Direitos		0,00	0,00
		117 632,76	113 957,87
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	(10.4)	9,00	1,13
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	(10.1)	209 398,58	245 027,69
Diferimentos	(10.2)	6 553,07	2 168,97
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	(4)	142 881,38	171 033,65
		358 842,03	418 231,44
TOTAL ACTIVO		476 474,79	532 189,31


João Paulo



Paula Campos
TCC 40549

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	(10.5)	1 025,00	1 025,00
Excedentes Técnicos		0,00	0,00
Resultados transitados	(10.5)	91 400,10	87 175,59
Outras variações capital próprio	(10.5)	69 243,91	31 808,10
		161 669,01	120 008,69
Resultado líquido do período		3 475,30	4 224,51
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		165 144,31	124 233,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	(12)	36 000,00	36 000,00
Financiamentos obtidos	(6)	9 598,77	18 368,54
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		45 598,77	54 368,54
Passivo corrente			
Fornecedores c/c	(10.3)	56 708,54	40 286,69
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	(10.4)	25 528,90	19 168,05
Financiamentos obtidos	(6)	12 059,65	8 369,27
Outras contas a pagar	(10.1)	117 602,69	147 866,78
Diferimentos	(10.2)	53 831,93	137 896,78
Pessoal		0,00	0,00
		265 731,71	353 587,57
TOTAL DO PASSIVO		311 330,48	407 956,11
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		476 474,79	532 189,31

TOC 40545

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2 017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		1 230,00	1 195,00
Subsídios à exploração	(7)	1 252 582,04	1 224 971,62
Ganhos/perdas imputados de substd, assoc e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	737,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	(11.1)	-533 436,38	-559 795,21
Gastos com o pessoal	(9)	-680 020,86	-577 811,52
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	(11.2)	9 201,68	45,96
Outros gastos e perdas	(11.3)	-4 892,89	-54 250,94
Resultados antes de depreciação, gastos financiamento e impostos		44 663,59	35 092,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5)	-37 125,34	-28 620,74
Imparidade de investimentos depreciables (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional, antes gastos financiamento e impostos		7 538,25	6 471,33
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	(11.3)	-4 062,95	-2 246,82
Resultado antes de impostos		3 475,30	4 224,51
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		3 475,30	4 224,51
Resultado das actividades descontinuadas (antes de impostos) RL exercício			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

João Rui Loureiro

João Rui Loureiro e Paula Can Paço
Av. de Paris, nº 4-1º Dto, 1000-228 Lisboa
Tel: +351 210 967 826/Tlm: +351 913 606 295

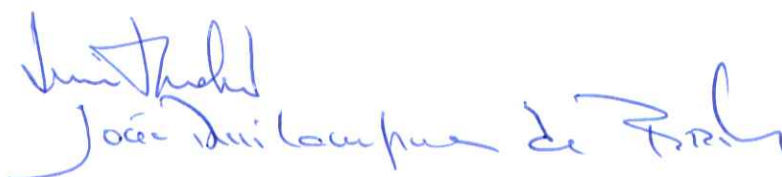
Email: gatcontactos@gmail.com/Website: www.gatportugal.org

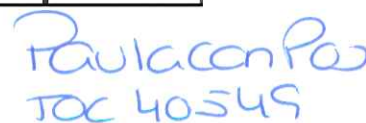
TOC. 50 545

FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO DE 2 017

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Actividades Operacionais			
Recebimentos de membros e outras entidades		1 253 809,49	1 372 928,61
Pagamento a fornecedores		-517 095,86	-535 324,29
Pagamento ao pessoal		-664 926,63	-560 138,18
Caixa gerada pelas operações		71 787,00	277 466,14
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre o rendimento		-7,87	-1,13
Outros recebimentos/pagamentos		-67 163,84	-243 646,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 615,29	33 818,25
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	(5)	-22 680,21	-8 483,89
Activos intangíveis	(5)	-17 127,75	-31 808,11
Investimentos financeiros		-992,27	-1 700,63
Outros activos		0,00	737,16
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		11,26	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		17 127,75	31 808,10
Juros e rendimentos similares		36,00	23,06
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-23 625,22	-9 424,31
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		-5 079,39	-8 278,27
Juros e gastos similares		-4 062,95	-2 246,82
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-9 142,34	-10 525,09
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-28 152,27	13 868,85
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		171 033,65	157 164,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		142 881,38	171 033,65


João Luís Loureiro de Faria


Paula Conde
TAC 40549

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	Notas	Fundos	Reservas Fundo Solidariedade Social	Resulta dos Transitados	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total
Posição em 31 Dez 2016 (ESNL)		1 025,00	0,00	77 538,21	31 808,10	9 637,38	120 008,69
Correcção erros por efeitos retrospectivos		0,00	0,00	9 637,38	0,00	-9 637,38	0,00
Posição em 31 Dez 2016 reexpressa		1 025,00	0,00	87 175,59	31 808,10	4 224,51	124 233,20
Posição em 01 Jan 2017 (ESNL)		1 025,00	0,00	87 175,59	31 808,10	4 224,51	124 233,20
Alterações no Período - Outras Alterações		0,00	0,00	4 224,51	-31 808,10	-4 224,51	-31 808,10
Resultado Líquido do Período 2017		0,00	0,00	0,00	0,00	3 475,30	3 475,30
Outras Variações Cap Próprio - Subsídios ao Investimento		0,00	0,00	0,00	69 243,91	0,00	69 243,91
Posição em 31 Dez 2017 (ESNL)		1 025,00	0,00	91 400,10	69 243,91	3 475,30	165 144,31

Paula Campos
João Daniel Campinho & Paulo

Paula Campos
TCC 40545

VII. ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. – Designação da Entidade: GAT-Grupo de Ativistas em Tratamentos
- 1.2. – Sede: Av. de Paris, 4-1º Dto. – 1000-228 Lisboa
- 1.3. - Natureza da Atividade: O GAT é uma pessoa coletiva publica de natureza associativa, sem fins lucrativos (ESNL), com estatuto da Lei do Mecenato, conforme Declaração publicada no DR-III Série-nº 241 de 13.10.2004

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1. – As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, por opção, de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/201 de 9 de Março de 2011

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se com base os seguintes pressupostos:

-Pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

-Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimo de rendimentos”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimo de gastos”.

-Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

-Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa

-Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

- 2.2. – Em 31 de Dezembro de 2017, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o novo SNC, para as entidades do ESNL, não tendo sido afetada a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatado.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

- 3.1. – As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do GAT, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	04 anos
Equipamento de transporte	04 anos
Equipamento administrativo	Entre 02 e 08 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 02 e 08 anos

As vidas úteis e métodos de amortização de bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente nas demonstrações de resultados por natureza.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoramentos significativos nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas de “outros terceiros” encontram-se mensuradas ao valor nominal.

As dívidas de membros e outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do valor nominal.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

- 3.2. – Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1. – Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Descrição	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários ativos	
Caixa	2 524,86
Depósitos à Ordem	68 697,70
Outros depósitos bancários	71 658,82
Total	142 881,38

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do GAT.

5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31.12.2016	Adições	Abate	Transf.	31.12.2017
Edif. e outras construções	110 186,19	2 947,70	0,00	0,00	113 133,89
Equip básico/Instalações	867,81	1 250,71	0,00	0,00	2 118,52
Equipam. transporte	71 368,81	14 990,00	0,00	0,00	86 358,81
Equipam. Administrativo	5 621,84	0,00	0,00	0,00	5 621,84
Ativo tangível bruto	188 044,65	19 188,41	0,00	0,00	207 233,06
Depreciações do período	28 620,74	28 972,63	0,00	0,00	28 972,63
Deprec. acumuladas	108 681,49	137 654,12	0,00	0,00	137 654,12
Ativo tangível líquido	79 363,16	0,00	0,00	0,00	69 578,94

dm
JB

ATIVO INTANGÍVEL (em curso)

	ATIVOS INTANGÍVEIS	Depreciações	IV (LIQUIDO)
Ativos Intangíveis em curso	48 935,86	8 152,71	40 783,15
TOTAL IC	48 935,86	8 152,71	40 783,15

- d) Refere-se a uma APP-Smartsex que está em atividade e o valor registado corresponde ao valor investido no seu desenvolvimento. Este valor foi objeto de um subsídio não reembolsável.

INVESTIMENTOS EM CURSO

	INVEST. EM CURSO	Depreciações	IC (LIQUIDO)
Obras In-Mouraria	3 491,80	0,00	3 491,80
Total Inv em Curso	3 491,80	0,00	3 491,80

6 – EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31.12.2017 a rubrica “Financiamentos Obtidos” por via da locação financeira, apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	31.12.2016			31.12.2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Geral Depósitos	8 369,27	18 358,84	26 727,81	12 059,65	9 598,77	21 658,42
Total	8 369,27	18 358,84	26 727,81	12 059,65	9 598,77	21 658,42

7 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E OUTRAS ENTIDADES

Foram reconhecidos em 2016 e 2015, os seguintes subsídios e doações:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Subsídios do Governo e Outros Entes Públicos	525 492,96	354 055,77
Subsídios de Outras Entidades	727 089,78	872 893,97
Total	1 252 582,04	1 226 949,74

Atribuídos pelas seguintes entidades:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Ministério da Saúde	440 674,87	231 907,47
Câmara Municipal de Lisboa	64 600,00	112 148,30
Junta Freguesia Santa Maria Maior	2 500,00	10 000,00
Indústria Farmacêutica	314 319,86	207 870,00
Outras Entidades	440 918,99	665 021,97
Total	1 263 013,72	1 226 947,74

8 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

8.1. – Autorização para emissão:

-Em 08.03.2018 as demonstrações financeiras foram, pela Direção, autorizadas para emissão.

-A Direção tem o poder para alterar as demonstrações financeiras após 08.03.2018.

9 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de empregados durante o ano foi de trinta e dois.

Gastos com o Pessoal	31.12.2017
Remunerações do Pessoal	559 090,08
Encargos sobre remunerações do pessoal	114 023,76
Outros Gastos	6 907,02
Total	680 020,86

A rubrica “Outros Gastos” inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, formações e outros.

10 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

10.1. – A rubrica “Outras Contas a Receber e a Pagar” apresentava em 31.12.2017 e 31.12.2016 os seguintes saldos:

Outras Contas a Receber e a Pagar	31.12.2017	31.12.2016
Outras contas a receber	209 398,58	245 027,69
Outras contas a pagar	117 602,69	147 866,78

10.2. – A rubrica “Diferimentos” apresentava em 31.12.2017 e 31.12.2016 os seguintes saldos:

Diferimentos	31.12.2017	31.12.2016
Gastos a Reconhecer	6 553,07	2 168,97
Rendimentos a Reconhecer	53 831,93	137 896,78

10.3. – A rubrica “Fornecedores” apresentava em 31.12.2017 e 31.12.2016 os seguintes saldos:

Fornecedores	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores c/c	56 708,54	40 286,69
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00

10.4. – A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentavam em 31.12.2017 e 31.12.2016 os seguintes saldos:

Estado e outros Ent Pub	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto s/ Valor Acresc.	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções na Fonte	9,00	8 916,23	1,13	6 270,66
Cont. Segurança Social	0,00	16 612,67	0,00	12 897,39
Total	9,00	25 528,90	1,13	19 168,05

10.5. – Decomposição e movimento de itens dos fundos próprios

Descrição	Saldo inicial	Saldo final
Fundo	1 025,00	1 025,00
Resultados Transitados	87 175,59	91 400,10
Outras variações no Capital Próprio – Subsídios ao Investimento (a)	31 808,10	69 243,91

a)Corresponde a subsídio não reembolsáveis concedidos ao GAT para apoios a investimentos do ATF e AI, com vidas úteis definidas (NCRF nº 12, parag 12)

10.6. – Impostos e Contribuições para a Segurança Social em mora:

A entidade apresenta a sua *situação regularizada* perante a AT e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

11 – OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1.-Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	31.12.2017	31.12.2016
Subcontratos	17 613,12	96 333,39
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	26 298,49	25 819,24
Publicidade e Propaganda	1 518,17	238,90
Vigilância e Segurança	1 788,38	663,05
Honorários	143 013,48	123 998,62
Conservação e Reparação	13 484,99	12 647,30
Outros	106,34	36,89
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	5 301,07	10 454,53
Livros e Documentação Técnica	1 404,93	666,53
Material de Escritório	6 157,83	4 545,03
Apoio a Voluntários	0,00	0,00
Artigos para oferta	120,00	942,50
Utensílios Hospitalares	109 279,43	83 357,83
Medicamentos para Utentes	8 164,87	8 886,30
Outros	17 070,72	11 233,15
Energia e Fluidos		
Electricidade	4 906,56	3 906,16
Combustíveis	10 210,71	7 247,18
Água	1 580,46	1 625,05
Gaz	0,00	0,00
Outros	99,20	46,80
Deslocações Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	65 530,35	76 764,70
Portagens, Estacionamento e Análogos	1 618,04	1 277,36
Transportes de Pessoal	6 986,10	3 743,20
Transportes de Mercadorias	2 515,08	391,70
Serviços Diversos		
Arrendamentos	59 919,17	59 005,00
Comunicações	16 248,33	16 801,94
Seguros	1 615,67	2 810,72
Contencioso e Notariado	602,84	506,52
Despesas Representação	0,00	0,00
Limpeza Higiene e Conforto	7 352,61	1 568,38
Outros Serviços	2 929,44	4 277,24
Total	533 436,38	559 795,21

11.2.-Outros Rendimentos e Ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	31.12.2017	31.12.2016
Descontos pronto pagamento obtidos	19,92	22,90
Diferenças Cambio Favoráveis	11,26	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	15,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	8 152,71	0,00
Ganhos em outros instrumentos financeiros	101,22	0,00
Outros não especificados	865,57	0,00
Total	9 165,68	22,90

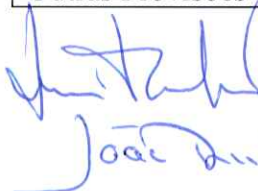
11.3.-Outros Gastos e Perdas

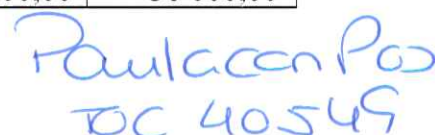
Outros Gastos e Perdas	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	1 453,59	884,26
Descontos pronto pagamento concedidos	2,55	0,61
Gastos e perdas em subs., assoc e empr	0,00	31 958,13
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1 088,06	19 873,00
Donativos	1 148,20	70,00
Outros não especificados	0,00	0,00
Quotizações	1 200,00	1 110,00
Multas e Penalidades	0,00	354,94
Juros suportados		
Outros juros		1 477,28
Outros	0,49	769,54
Total	4 892,89	56 497,76

12.-PROVISÕES

Foram reconhecidas provisões relativas a processo de reestruturação futura

Descrição	Saldo inicial	Saldo final
Outras Provisões	36 000,00	36 000,00


João Luís Baptista


Paula Campos
DC 40549

fu
JB

VIII. RELATÓRIO DA ACTIVIDADE FISCALIZADORA

1.Introdução

Nos termos do nº 1 do art. 35º dos Estatutos do **GAT-Grupo de Ativistas em Tratamentos**, o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado a assembleia geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o GAT não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria proceder-se a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

2.Ambito

No âmbito do nº anterior, fiscalizamos o cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento, a atividade administrativa da Direção e examinamos os documentos e os registos contabilísticos. Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas da Direção, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 35º, com data de 08 de Março de 2018, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3.Procedimentos de fiscalização

3.1 Organização interna do CF

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento das normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém.

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua ação fiscalizadora numa dupla perspetiva:

-*A posteriori* ou reativa – Em função da realização efetiva das atividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidência dos resultados e a melhoria do desempenho dessas atividades no futuro.

-*Apriorística* ou proactiva – Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das atividades, constantes ou não no Plano de Atividades.

As funções do CF, contempladas nos artºs 34º a 37º dos Estatutos estão, de uma forma geral, previstas no artº 420º do CSC, nomeadamente a «fiscalização da gestão» prevista na alínea a) do nº 1 desse articulado do CSC.

3.2 Competências do CF

Para além do atrás descrito deverá ser também competência do CF elaborar parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento e fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações das assembleias-gerais

3.3 Reuniões

Em 2 017, o CF realizou duas reuniões.

3.4 Plano de Atividades e Orçamento de 2 017

Face ao preceituado no artº 35º dos Estatutos, não está o CF obrigado a emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), mas apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre o PAO objetivamente.

3.5 Recomendações

O CF apresentou algumas sugestões aos órgãos sociais do GAT, especialmente à Direção.

3.6 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões com os responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores do GAT.
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os correspondentes anexos, com as normas, diretrizes contabilísticas e interpretações técnicas, constantes no determinado para as ESNL.
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.
- d) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente no GAT.
- e) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Direção.
 - Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

4. Relatório e Contas

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2 017 contemplam os ajustamentos e reclassificações contabilísticas apresentadas pelo CF, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e às demonstrações de resultados, salientando-se as resultantes da aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais, da especialização (ou do acréscimo) de prudência, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilista em prol da imagem verdadeira e apropriada do GAT.
- b) O resultado líquido do exercício de 2 017, foi positivo em € 3 475,30.
- c) Foram implementadas as demonstrações complementares sobre custos e receitas, por valências, o que permitiu uma melhor análise da atividade do GAT, nas suas diversas valências.

4.2 Relatório de Atividades

O CF procedeu à análise do relatório de atividades da Direção (RAD) de 2 017, o qual descreve as atividades da Direção e restantes órgãos do GAT, exceto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório.

5. Execução orçamental

Como é referido no RAD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos custos e proveitos.

IX.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E O RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do GAT, apreciamos o Plano de Atividades e o Relatório e Contas de 2017, disponibilizados pela Direção, destacando-se o seguinte:

- Houve uma melhoria significativa na estruturação do Relatório de Atividades de 2017, com melhor sistematização e harmonização da informação recolhida e apresentada no mesmo.
- O resultado do GAT foi positivo de € 3 475,30, em 2017.
- A situação financeira do GAT manteve-se estável, com uma autonomia financeira de 34,66% e um rácio de solvabilidade de 53,04%.
- Os Rendimentos e os Gastos de 2017 apresentaram variações significativas, mas consistentes, face ao orçamentado. Nos Rendimentos verificou-se uma diferença de -12,34% (€ 177 789,68) e consequentemente um decréscimo dos Gastos de 2017 de -12,28% (€ 176 314,02) pelo que entendemos ter havido uma boa execução orçamental.
- Comparativamente com 2016, houve um aumento dos Rendimentos de 2,94% (€ 36 063,98) e dos Gastos de 3,01% (€ 36 813,19).

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea e) do art.º 32.º dos Estatutos do GAT, é da competência da Direção a apresentação do Relatório de Atividades e do Relatório e Contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e

apropriada a execução das atividades planeadas, a posição financeira do GAT e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de contabilidade interno apropriado.

A responsabilidade do Conselho Fiscal encontra-se consagrada no artigo 36.º dos Estatutos do GAT e consiste na emissão de parecer sobre o Relatório e Contas do GAT e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

Âmbito

3. Não estando definido, nos Estatutos do GAT, o conteúdo deste parecer, nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

4. Foi verificada a concordância entre o Relatório de Atividades e o Plano de Atividades de 2017.

5. Foi verificada a concordância da informação financeira das alterações constantes do Relatório e Contas de 2017 retificado e comparado com o Orçamento de 2017.

6. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o Relatório de Atividades e o Relatório e Contas de 2017.

Parecer

7. Somos de parecer que o Relatório de Atividades e o Relatório e Contas de 2017 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, o resultado das operações do GAT no exercício de 2017, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que somos de parecer que:

7.1. Sejam aprovados o Relatório de Atividades e o Relatório e Contas de 2017.

8. Considerou ainda o Conselho Fiscal oportuno expressar um voto de confiança aos membros da Direção, no exercício das suas funções durante 2017, pela boa execução do plano de atividades e do orçamento, assim como o esforço realizado para atender às recomendações do CF.

Lisboa, 23 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente: _____

(António Parente)

Secretário: _____

(João Santa Maria)